

XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA

**Título: POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO EM SAÚDE: A FORMAÇÃO
PROFISSIONAL COMO EXPERIÊNCIA E PRÁTICA DE SI.**

**Autores: Paula Marques da Silva, Daiana Cargnin, Lucia Rudit Dias, Jaqueline
Tittoni, Renata Ghisleni de Oliveira e Lucia Réus.**

**Instituição: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional –
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

Eixo Temático:

**Endereços eletrônicos de referência: paulilinha1976@yahoo.com.br;
jaquemin@terra.com.br**

Resumo

Este estudo situa-se no contexto das Políticas Públicas e discute a formação profissional na área da saúde, considerando as interfaces entre saúde, formação e trabalho e tem como eixo principal, a experiência de estudantes do curso de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vinculados ao Pró Saúde (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde). O Pró Saúde objetiva incentivar transformações no processo de formação, de geração de conhecimentos e de prestação de serviços à população, para uma abordagem integral do processo de saúde-doença. Nesta articulação entre a universidade e o SUS enfatizamos os efeitos que, a experiência de vinculação ao programa Pró-Saúde, produz na formação profissional destes estudantes.

Atualmente o Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior mercado empregador na área da saúde e campo de grande convergência e diversificação de cenários de ensino e aprendizagem. No Brasil, principalmente a partir da década de 1960 e 1970, a expressiva expansão da oferta de cursos de formação técnico-científica na área da saúde. Desde então, a área da formação tem ampliado suas bases, tanto na abertura de novas escolas, como na implementação de novas especializações, cursos técnicos e novas práticas com acento na incorporação de tecnologias “armadas por aparelhos”. (CECCIM; CARVALHO 2006, p. 71). Grande parte destes cursos opera na lógica de ensino biologicista em que o teórico está restrito a um espaço e o fazer está em outro. A produção de conhecimento legitima-se pela institucionalização técnico-científica, com conhecimentos operados de forma fragmentada e ênfase nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos pautados na lógica liberal privatista.

Neste estudo, consideramos o SUS como território de lutas e de jogos de verdade que operam, sobretudo, os discursos ligados às lógicas técnico-científicas, liberais e privatistas e os discursos da prática política coletiva e da cidadania. Neste arranjo de forças, consideramos o Pró-Saúde como estratégia de governo, com ênfase na formação de profissionais da saúde, que se configura no campo de forças que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS), produzindo, assim, sujeitos, verdades, práticas de governo e produção de subjetividades.

Do ponto de vista metodológico, o estudo está orientado pela pesquisa-intervenção e, principalmente, pela “intervenção fotográfica”. Como principal referencial teórico, ressaltamos as noções de processos de subjetivação e de práticas de si desenvolvidas no pensamento foucaultiano. Além disso, alguns estudos que tematizam a questão dos processos de formação na saúde tais como: PINHEIRO et al, 2006; CECCIM, 2008; SPINK, 2007 são referência para reflexão e diálogo.

Contextualizando: Pró-Saúde como estratégia de formação profissional.

A temática da formulação de políticas públicas com ênfase nas interfaces saúde, formação e trabalho implica a trajetória de lutas da sociedade brasileira, articulada aos movimentos da reforma sanitária, saúde coletiva e da reforma psiquiátrica que, em 1988, “imprimiram à Constituição brasileira a garantia da saúde como um direito de cidadania a ser institucionalizado pelo Sistema Único de Saúde” (PINHEIRO; CECCIM; MATTOS, 2006, p.7).

De acordo com os autores, é no contexto do movimento da Reforma Sanitária, que surge no Brasil o campo de estudos da Saúde Coletiva, que representa o surgimento de uma produção científica engendrada às lutas sociais. Neste contexto, estão as ciências sociais e humanas na luta por uma visão de saúde mais próxima aos problemas vividos pela população, possibilitando a construção de um sistema de saúde pautado pelo eixo da integralidade tanto no cuidado individual, quanto no coletivo.

A base de luta da Saúde Coletiva, tal qual a Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica, diz respeito à superação de práticas médicas pautadas na racionalidade científica, em que o corpo é tomado como instrumento da produção, sendo analisado de forma mecanicista e organicista. Pinheiro e Ceccim (2006) ressaltam que estes movimentos incluíram no arcabouço jurídico do setor da saúde, a responsabilidade quanto à formação de seus trabalhadores, colocando o SUS como ordenador da interface entre saúde e educação e a integralidade (princípio constitucional) como eixo condutor desse processo.

Guizardi et al. (2006), enfatizam que a permanente luta da reforma sanitária pressupõe a constante discussão acerca de possíveis reordenações dos serviços em saúde e gestão setorial, articulados ao fortalecimento do controle social. A busca por práticas de formação profissional na saúde em interface com o trabalho é inerente a estas discussões e representa um grande desafio a consecução do direito à saúde.

Com relação à psicologia Dimenstein (2007), ressalta que os movimentos sociais, a institucionalização do SUS, e as ações propositivas que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem provocando em psicologia em articulação com as políticas públicas, abrem campos para outros territórios de práticas *psi*. No entanto, a psicologia pouco se aproxima das questões inerentes à política pública e a saúde articulada à noção de cidadania. Segundo a autora, essa posição despolitizada diz respeito inicialmente à visão de mundo, aos valores, às crenças, à concepção de subjetividade, de saúde/doença, normal e patológico e neutralidade que fundamentam campo de saberes e poderes das práticas psicológicas. Aliado a esses vetores, a psicologia ainda atua marcadamente seguindo o ideário individualista, com modelo clínico tradicional, concepção de sujeito/indivíduo e foco nos referenciais modernos de razão e cidadania. (DIMENSTEIN, 2007, p. 41).

Conforme Ceccim e Carvalho (2006) uma das expressões do debate sobre a formação na área da saúde concentra-se na reforma dos arranjos curriculares realizados pelos cursos da área da saúde em razão da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e Homologadas pelo Ministério da Educação.

Ceccim (2009) sugere que a mudança na graduação das profissões de saúde entrou na agenda pública da saúde e da educação contemporaneamente ao debate das Diretrizes Curriculares Nacionais. Alguns projetos de fomento buscaram acelerar essas mudanças, com apoio financeiro e, entre estas ações-programa, a mais atual e de maior

impacto nacional do ponto de vista do fomento, é o Programa de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazem parte da primeira edição do Pró Saúde (Pró-Saúde I) os cursos de medicina e odontologia e, na segunda edição (Pró-Saúde II), os cursos da enfermagem, nutrição, psicologia, farmácia e educação física.

A proposta do programa tem como principal objetivo a composição de um distrito docente assistencial junto ao distrito de saúde Glória/ Cruzeiro e Cristal, que articule, sob o eixo da integralidade, os diversos campos de saber da universidade, a gestão local dos serviços, os trabalhadores da saúde vinculados a rede de serviços da saúde no distrito, a Secretaria Municipal da Saúde, os usuários e os movimentos sociais. No ano de 2008 o curso da Psicologia organizou estágios curriculares como estratégia de inserção de estudantes da graduação, na rede de serviços de saúde, que compõem o distrito Glória/ Cruzeiro/ Cristal,

Neste estudo entendemos que as estratégias de governo no campo das políticas públicas com ênfase nas interfaces entre saúde, formação e prática profissional estão para além dos programas de formação ou das políticas de reestruturação de grades curriculares. Estas estratégias envolvem domínios de saber, vinculações com regras morais e certos tipos de conhecimento que definem o campo de possibilidade de emergência das políticas públicas na saúde. Assim, estas políticas públicas configuram-se como rede discursiva e moral, que conformam ações e produzem sujeitos. Portanto estamos abordando um processo de sujeição que institui certo lugar de estudante, de docente, profissionais da saúde e de pesquisador.

Referencial Teórico: Experiência E Formação Como Prática De Si No Campo Saúde.

O objetivo deste estudo é analisar a experiência dos estudantes de psicologia que estão vinculados ao Pró-saúde, e os efeitos dessa experiência nas suas formações profissionais e tomamos o pensamento de Michel Foucault como principal referencial teórico.

Esta investigação insere-se no campo de estudos sobre a subjetividade, o que implica definirmos, inicialmente, que concepção de sujeito estamos abordando. Desta forma, partimos da perspectiva foucaultiana em que o sujeito se produz na medida em que é tomado como objeto do seu próprio conhecimento, tornando-se sujeito também aos conhecimentos e modulações que ele mesmo produz. Nesse sentido o sujeito é entendido como resultante das práticas que o constituem e nesta configuração “sujeito e objeto são constituídos simultaneamente num campo de experiência em que ambos não param de se modificar um em relação ao outro” (FERREIRA NETO, 2004, p.76). Nesta articulação saberes e poderes estão em constante tensão, legitimando verdades, e configurando assim, condições de possibilidade para a emergência de múltiplas composições e modos de vida.

De acordo com Foucault (1995), nesse campo de forças, os poderes e saberes operam de forma relacional, e em constante tensão com a liberdade no seu status de intransigência. O poder na sua forma difusa compõe estratégias disciplinares dispersas e inscritas em todo campo social. O exercício do poder realiza-se através de dispositivos, que estrategicamente produzem alguma forma de verdades, arquitetadas como práticas e códigos morais. (FOUCAULT in DREYFUS e RABINOW 1995). Tais considerações tensionam a idéia de um Estado como articulador único de políticas sobre uma

população. De acordo com Coimbra (2008), a relação entre Estado e política pública deve ser problematizada na medida em que estes termos não podem ser tomados como coincidentes. Os domínios do Estado e do público não se justapõem, uma vez que o público diz respeito à experiência concreta dos coletivos sempre em movimento, e a idéia de Estado se ancora na condição “pesada” e transcendente da modernidade. Nesse sentido, partimos da idéia de uma política pública em saúde que não se limita ao Estado e opera como afirmação de experiências plurais, podendo tratar-se de micro-movimentos inventivos e de luta, que se produzem nas práticas cotidianas.

As condições em que essas políticas se configuram, são coextensivas as formas como os sujeitos se constituem, os domínios do saber e as relações com a verdade. Foucault (2006b) define modos de subjetivação como as formas como nos constituímos a nós mesmos, como sujeitos de nossas próprias ações, mediante os jogos de verdades. (FOUCAULT, 2006b, p. 235). Ao referir-se a jogos de verdade, Foucault aponta a um regime ou sistema de verdades. Ou seja, trata-se de um jogo de forças coercitivas em que se articulam saberes e poderes em luta, produzindo e legitimando códigos, prescrições e condutas morais que operam nos modos de vida dos sujeitos.

Nesta formulação complexa, encontra-se a noção de ética (FOUCAULT, 2006a) e do seu contraste com qualquer ética enquadrada a um código genérico ou conduta corriqueira. Para o autor, a constituição dos sujeitos está vinculada às formas de conduzir a si e aos outros, mediante estes códigos morais. No entanto, a moral na forma da obediência a códigos restritivos e leis normativas é apenas uma possibilidade, havendo, assim, outros possíveis que desacomodam essas lógicas hegemônicas. Referimo-nos a práticas de si, que levam os sujeitos à reflexão e elaboração de si, e que se traduzem em um constante interrogar-se sobre o que se é e que efeitos essa constituição de si opera sobre o outro e que residem no âmbito reflexivo da ética.

Neste estudo, enfocamos a formação profissional como experiência e prática de si, entendendo a experiência como campo de luta em que se articulam determinados campos do saber, tipos de normalidade, e formas de subjetivação (FOUCAULT, 2006a, p. 268).

Estas referências conceituais permitem problematizar a formação profissional como experiência e prática de si e possibilitam analisar os modos como a experiência dos estudantes de psicologia, que estão se inserindo no projeto Pró-Saúde, produz efeitos na sua formação profissional. Considerando estes aspectos analisamos a experiência através do conceito de experiência como experiência de si e a formação profissional como um conjunto de práticas de si sobre si - um trabalho sobre si - que possibilita ao estudante de psicologia formar-se como profissional da saúde.

Metodologia: A fotografia enquanto intervenção fotográfica.

Neste estudo, partimos da proposta de pesquisa- intervenção, sendo a intervenção fotográfica importante estratégia metodológica. Tal estratégia é composta pelo acompanhamento dos grupos, oficinas de fotografia e a construção coletiva da narrativa fotográfica. O diário de campo é utilizado durante todo o percurso da pesquisa e é entendido como instrumento que se inscreve na pesquisa, para além do registro de fatos e dados. Configura-se, assim, como prática reflexiva através da escrita e é discutido durante os encontros com o grupo de pesquisa.

De acordo com Aguiar e Rocha (2007), no que tange a pesquisa intervenção, a prática de pesquisa se produz pautada na proposição de uma ética, de escolhas e de posicionamentos marcados pelo constante ato de interrogar-se por parte do pesquisador.

Este processo abrange o sujeito em seus processos de constituição e o campo de análise é composto pela história e sua transitoriedade, pelas verdades e suas parcialidades, e, sobretudo, pelos recortes que a investigação imprime nas práticas pesquisadas, produzindo seus próprios objetos-feitos.

Neste estudo, o acompanhamento dos grupos ocorreu nos espaços de formação do Pró-Saúde, onde as práticas do estágio eram postas em análise. O olhar do pesquisador voltou-se para os modos de fazer e as redes discursivas que operavam como argumento para definição das práticas. As redes de visibilidade e invisibilidade dos argumentos, discursos e práticas também foram sendo problematizadas. As oficinas de Fotografia desdobraram-se em quatro momentos: oficinas de sensibilização de imagem; oficinas de produção de imagem, construção de narrativa visual coletiva e a discussão acerca do processo de produção de imagem e a participação na trajetória investigativa.

O fotografar, para efeitos deste estudo, implica em tensionamentos entre quem fotografa, a fotografia e os sentidos que imagem suscita. Desta forma, o ato de fotografar é tomado na perspectiva da intervenção fotográfica, como produção, e a imagem é efeito de agenciamentos que implicam a concepção da fotografia e o ato de fotografar. Assim, a fotografia, mais do que um simples produto, é composição entre o que foi fotografado, o que foi suscitado e a ética do ver (SONTAG, 2004). O lugar do fotógrafo, desse modo, é tomado como um lugar de sujeição, na medida em que vemos aquilo que nós é possível ver, mas este olhar refletido se traduz em outras possibilidades de se colocar e de ver o mundo.

Neste estudo, a potencialidade da fotografia está na possibilidade da reflexão sobre a condição de sujeito e sobre as práticas de si. Também denominadas tecnologias de si, as práticas de si “permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos.” (Foucault, 2006a). A fotografia e o fotografar podem desacomodar as formas de olhar normativas e buscar inscrever os sujeitos em outras possibilidades e redes discursivas. Percorrer este espaço em que o olhar inscreve o sujeito no ato de fotografar, possibilitando a problematização dos discursos instituídos pela ética do ver pode, nesta medida, colocar a fotografia como um disparador de processos de produção de subjetividades, e como condição de possibilidade de invenção de si e de diferentes possibilidades de existência.

A análise da intervenção implica colocar em análise o processo de intervenção como um todo. A análise do material de pesquisa compreende a implicação do pesquisador, o acompanhamento dos grupos, a produção das fotografias, a discussão sobre as fotografias e a produção coletiva da narrativa. Deste processo, foram produzidos analisadores que indicaram os efeitos da experiência destes estudantes no processo de formação.

Para finalizar, algumas reflexões.

Em primeiro lugar gostaríamos de reiterar a importância da formação profissional integrada aos serviços de atenção na operacionalidade dos aspectos teórico-conceituais. Em segundo, ressaltar os aspectos afetivos e emocionais na formação, assim como os espaços de conversa e de reflexão ligados às trocas e as cumplicidades que vão se

produzindo entre os estudantes, nestes processos. Em terceiro, destacar que as fronteiras entre os campos de saber-poder que constituem a saúde vão se tornando mais fluídas, uma vez que os estudantes se desapropriam de um saber único e onipotente, para possível construção da saúde que se traduz no encontro, na composição, e nas trajetórias da vida.

Destacamos também a importância da comunidade como agente formador, criando interfaces entre saúde, comunidade, formação e trabalho e que configuram outras redes discursivas que atravessam a constituição desses estudantes na suas formações profissionais. Os efeitos desses encontros podem gerar novos movimentos e novas éticas, desacomodando o território de saberes hierarquizados pela ciência na formação profissional. Assim, este movimento acaba por tensionar as hierarquias, as posições e as definições de lugares específicos para o "científico", o "afetivo" e o "racional", indicando aos estudantes em formação que a ciência é uma maquinaria que produz o saber absoluto.

Ressaltamos a importância da integração e articulação entre ensino e trabalho em que a comunidade deixa de ocupar a posição, unicamente instrumental, de *locus* de aplicação e passa a ser tomada como espaço de potencialidade para políticas de construção das cidades. Como afirma Ceccim e Carvalho (2006, p.87) "cidades como a inscrição do local no global, as localidades como nascentes de autoria de projetos de si, dos entornos e do mundo: cidadania".

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K F; ROCHA, M., L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicol. cienc. prof.**, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007.

CECCIM, R. B. et al. Imaginários da formação em saúde no Brasil e os horizontes da regulação em saúde suplementar. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 13, n. 5, p. 1567-1578, 2008.

CECCIM, R. B. Informação verbal seminário: Processos de singularização e a educação na saúde. UFRGS; 2008.

CECCIM, R. B.; PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de. **Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde**. Rio de Janeiro: IMS/Uerj; 2006.

CECCIM, R. B.; CARVALHO, Y. M. Ensino da saúde como projeto da integralidade: a educação dos profissionais de saúde no SUS. In: CECCIM, R. B.; PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de. **Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde**. Rio de Janeiro: IMS/Uerj; 2006.

COIMBRA, C. B. Práticas da psicologia social como movimentos de criação de resistência. In: BONAMINGO, S. (Org). **Apresentação Cap 1**. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2008.

DIMENSTEIN, M. Micropolítica dos afetos: reinventando a participação e o controle social em saúde. In: ROSA, Edinete Maria (Org.). **Psicologia e Saúde: desafio às políticas públicas no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2007. v. 1, p. 17-34

FERREIRA NETO, J. L. **A formação do psicólogo: clínica, sociale mercado**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2004.

FOUCAULT, M .A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade, política: ditos & escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 264-287.

_____. A genealogia da moral. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel **Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

_____. Foucault. In: _____. **Ética, sexualidade, política: ditos & escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 192-217,

GUIZARDI, F. L. et.al. A formação de profissionais orientada para a integralidade e as relações político institucionais na saúde: uma discussão sobre a interação ensino-trabalho. In: CECCIM, R. B.; PINHEIRO, R; e MATTOS, R. A. (Org.). **Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde**. Rio de Janeiro: IMS/Uerj, 2006

PINHEIRO, R.; CECCIM, R. B. Experenciação, formação, cuidado e conhecimento em saúde: articulando concepções, percepções e sensações para efetivar o ensino integralidade. In: CECCIM, R. B.; PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. (Org.). **Ensinar saúde:** a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/Uerj, 2006.

PINHEIRO, R. MATTOS, A .et al. Apresentação. In In: CECCIM, R. B.; PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. (Org.). **Ensinar saúde:** a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/Uerj, 2006.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras,

SPINK, M. J. P. (Org.). **A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica.** São Paulo: Casa do Psicólogo; 2007.

